

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Esquece isso

Ninguém teve coragem de dizer isso com todas as letras ao presidente Jair Bolsonaro, mas há um grupo da política certo de que, se o presidente quiser mesmo derrotar o ex-presidente Lula, o melhor caminho é não concorrer à reeleição. Obviamente, Bolsonaro acredita que tem a faca e o queijo na mão para uma boa performance eleitoral e não fala em desistir. Mas, já tem gente ensaiando para levar esse discurso ao presidente.

Flávia, a pacificadora

Enquanto o presidente Jair Bolsonaro e Valdemar Costa Neto brigam, a ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, é vista como alguém que pode ajudar a retomar esse diálogo com mais serenidade. Resta saber se Bolsonaro e Valdemar vão abrir espaço para que ela exerça esse papel.

Ser ou não ser

Nesses debates e cadastramento para as prévias, os tucanos concluíram que precisam urgentemente buscar uma identidade. O PSDB, que foi oposição ferrenha ao governo Lula, hoje não é nem governo nem oposição, nem tampouco lidera o chamado centro, uma vez que outros personagens se apresentam nesse momento com mais condições. Neste “limbo”, dizem alguns, não dá para ficar.

Prioridades

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho, quer concluir a votação da PEC dos Precatórios até o fim do mês e a aposta geral dos aliados é a de que, nesse quesito, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Davi Alcolumbre, não criará problema. Enquanto isso, na Câmara, o presidente da Casa, Arthur Lira, trabalha para garantir as emendas de relator, com o recurso no Supremo Tribunal Federal (STF).

A pressa, o atraso e a boca são inimigos da perfeição

Nem tudo está perdido entre o presidente Jair Bolsonaro e o PL de Valdemar Costa Neto, apesar de o clima nas duas famílias continuar tenso. A declaração do chefe do Executivo sobre ter conversado com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, e recebido um sim sobre uma possível candidatura ao governo paulista ajudou a piorar a situação, uma vez que a conversa não passou pelo aceite da bancada do PL nem pelo próprio Valdemar. O presidente da sigla tem dito em conversas com amigos que o partido se precipitou ao fechar o apoio ao vice-governador de São Paulo, Rodrigo Garcia (PSDB), ao Palácio dos Bandeirantes. Porém, não dá para Bolsonaro querer impor um candidato a governador, ainda que haja uma divisão no PL sobre o apoio a Garcia.

Os estaduais querem apoiar o neo-tucano, mas os deputados federais têm lá suas dúvidas sobre o fôlego eleitoral do candidato, ainda mais se Geraldo Alckmin disputar o governo pelo PSD ou pelo União Brasil. E, depois que Márcio França quebrou esta máxima, que o governador de São Paulo no cargo não perde eleição, muita gente tem dúvida sobre o futuro de Rodrigo Garcia. O jeito agora é tentar ajustar tudo de forma a agradar a todos. Só tem um probleminha: Bolsonaro também não deseja apoiar Geraldo Alckmin, seu adversário em 2018 e hoje assediado pelo PT de Lula para a vaga de vice na chapa. E Tarcísio de Freitas não tem hoje uma relação com o PL. Da parte do presidente Jair Bolsonaro, porém, as chances de conseguir um partido com comando único, para o qual ele possa levar o seu pessoal, são cada vez menores. E, quanto mais demorar, mais correrá o risco de chegar a uma legenda cujos acordos eleitorais já estarão sacramentados, como este dos deputados do PL em apoio a Rodrigo Garcia.

Até aqui, de partidos com o comando único, restam o PL e o Republicanos, de



Marcos Pereira, no qual a filiação do pessoal bolsonarista defensor de armamento é mais difícil por causa dos evangélicos. Os outros funcionam mais de forma colegiada, inclusive o PP. Até aqui, a demora do presidente em escolher a sua legenda se mostra como outro fator que pode impedir um casamento perfeito.

CURTIDAS

Desoneração na pauta/ A presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, Bia Kicis (foto), do PSL-DF, marcou para amanhã a votação do projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamentos, considerada a principal matéria para esta semana.

Ed Alves/CB/D.A. Press



Presença de Rodrigo/ O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, desfilou em Lisboa como o candidato dos sonhos de muitos advogados presentes ao IX Fórum Jurídico de Lisboa, promovido pelo IDP, o antigo Instituto Brasiliense de Direito Público, que agora se chama Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa e continua capitaneado pelo ministro Gilmar Mendes. O senador tem reforçado dia e noite que é preciso pacificar o país, deixando de lado os extremos.

Escreve aí, Michel! Mal começou a circular a notícia em *O Antagonista* sobre a briga entre Bolsonaro e Valdemar, os deputados trocaram mensagens entre si com um pedido, “chama o Temer”. Tudo para ver se ele escrevia uma carta para Valdemar como fez depois do 7 de Setembro, quando ajudou a pacificar o país.

“O palavrão na língua portuguesa.../” ... já está virando até delicadeza”, diz o dito popular. E há quem diga que é tão comum na rotina do presidente Jair Bolsonaro, que nem Valdemar da Costa Neto levou tão a sério a discussão por WhatsApp.

PODER

Pacheco mira Bolsonaro e Moro

Em Portugal, presidente do Senado elenca erros do governo na pandemia e diz que Poderes têm de fazer autocrítica sobre suas atribuições. Também alfineta ex-juiz por “atos isolados que tendem ao populismo”

Acostumado a falar pouco e a medir bem as palavras, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, deixou a “mineirice” de lado durante discurso realizado em um seminário em Portugal ontem. Apontado como uma opção à terceira via política, ele disparou munição contra o presidente Jair Bolsonaro, que buscará a reeleição em 2022, e também a outro possível candidato tido como alternativa, o ex-juiz Sergio Moro, sem mencionar diretamente o nome dos dois.

O presidente do Senado disse que é preciso estar vigilante a “arroubos de retrocesso” à democracia e ao Estado de Direito. Segundo ele, regimes totalitários que se autopromovem costumam ser irresponsáveis e impotentes, além de privarem a liberdade e atacarem os direitos fundamentais. Por isso, enfatizou, é preciso celebrar a conquista histórica da democracia. Apenas a democracia, conforme Pacheco, é o “campo fértil” e o melhor caminho para enfrentar crises. O senador fez palestra inaugural no IX Fórum Jurídico de Lisboa, que tem como tema “Sistemas Políticos e Gestão de Crises” e que é promovido pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

Pacheco disse que os Poderes têm que ser harmônicos e se respeitarem, “cada qual cumprindo seu papel, sem pretender ser o outro”. No evento em Lisboa, onde também estava o presidente da Câmara, Pacheco disse: “Eu e (Arthur) Lira sabemos que não somos presidente da República. O presidente da República tem que entender que não é presidente do Congresso”, afirmou.

No evento, repleto de representantes da Justiça, Pacheco completou: “E o Judiciário também tem que saber que não pode interferir no Executivo e no Legislativo”. Ele aclarou mais tarde que a fala foi no sentido macro. “Não foi nada direcionado a absolutamente ninguém e a nenhum Poder”, acrescentou.

Em um claro recado ao governo de Jair Bolsonaro, o presidente do Senado disse também que, por causa da alta dos preços recente, realmente é preciso elevar o valor do Auxílio Brasil, pago aos brasileiros mais pobres. Ele ressaltou que o arroz, o feijão e a gasolina estão mais caros. “É obrigação atualizar (o valor do benefício) de R\$ 180 para R\$ 400. O governo não faz favor nenhum com isso”, avaliou.

Contra a corrupção

Além de mirar de forma muito clara para o governo Bolsonaro, o presidente do Senado fez duras críticas, sem citar o nome, ao ex-juiz Sergio Moro, que reapareceu no cenário político na semana passada. Os dois são vistos como potenciais alternativas à polarização entre Bolsonaro e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na eleição do ano que vem.

“O combate à corrupção não passa por apenas uma pessoa, mas por uma gama de ações”, disse, citando exemplos considerados até pequenos, como atividades dentro de companhias. Ele disse também que esse combate não precisa passar por “atos isolados que tendem ao populismo”.

No evento, Pacheco também passou por temas como educação e meio ambiente, e enumerou feitos do Congresso.

Reprodução/YouTube



Eu e o (presidente da Câmara, Arthur) Lira sabemos que não somos presidente da República. O presidente da República tem que entender que não é presidente do Congresso”

Rodrigo Pacheco,
presidente do Senado

Esperança para André Mendonça

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, disse ontem que quer colocar um fim na apreciação de indicados a vários cargos do governo até o encerramento deste ano. Por isso, explicou, decidiu realizar uma força-tarefa na Casa para que os parlamentares avaliem os nomes nos dias 30 de novembro e 1 e 2 de dezembro. “Será a realização de um esforço concentrado porque estamos em sistema semipresencial. É importante que (os senadores) estejam presencialmente para votar porque as indicações exigem presença física”, disse.

Além de tão aguardada sabatina de André Mendonça para uma vaga no Supremo Tribunal

Federal (STF), também serão analisadas indicações para cargos de embaixadores e de agências reguladoras, entre outros órgãos. No caso de Mendonça, a avaliação será feita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). “Tenho confiança de que tudo isso pode acontecer. Minha pretensão é esgotar as indicações feitas pelo presidente Jair Bolsonaro”, disse. “Temos que exercer nosso dever constitucional e quero chegar ao final do ano com esse assunto resolvido.”

Pacheco não quis dar opinião sobre o resultado das apreciações, em especial a de Mendonça. “Se houver aprovação ou rejeição, é da questão democrática, mas

precisamos evoluir nessa questão. Não tenho como fazer essa avaliação (se Mendonça será aprovado). Nem em relação a ele nem a outras indicações. Isso é um exercício do plenário”, desconvorsou.

O presidente do Senado disse que a Casa também deve apreciar o Código Eleitoral, que está sob a relatoria de Antonio Anastasia. “Se dá tempo de ser para as eleições ou não, não sabemos. O que temos é esse compromisso de evoluir com o código eleitoral.”

Alcolumbre

O presidente do Senado avaliou que o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), que estava na

plateia do IX Fórum Jurídico de Lisboa, tem “todas as condições” de permanecer na presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ele foi alvo de denúncia acerca de suposto envolvimento em esquema de “rachadinha”, e a bancada do Podemos na Casa pediu seu imediato afastamento da presidência da comissão.

“Ele foi eleito para isso pelo povo do Amapá e pelos pares. Tem o direito de se defender de acusações que lhe façam. Não há motivo para afastamento de Davi ou de nenhum outro senador que está à frente das comissões. É um ex-presidente da Casa que merece meu respeito”, argumentou.